26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação

CIÊNCIA ABERTA COMO POSSIBILIDADE DE COOPERAÇÃO BRASIL-ANGOLA

OPEN SCIENCE AS AN OPPORTUNITY FOR BRAZIL-ANGOLA COOPERATION

Laurindo Virgilio Rafael – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Edgar Bisset Alvarez – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: No contexto das cooperações Sul-Sul, como modelo de trocas culturais e científicas entre os países do chamado Sul Global, o Brasil tem assumido um papel relevante na transferência de tecnologia e formação de recursos humanos através de diversas iniciativas. No entanto, a adoção de práticas e infraestruturas voltadas à ciência aberta constituem um grande desafio para a visibilidade e democratização do acesso à ciência, principalmente em países em via desenvolvimento. Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo discutir infraestruturas de ciência aberta como possibilidade de ampliar a cooperação científica entre Brasil e Angola no âmbito das cooperações científicas do Brasil com os países do continente africano. Assim, realizou-se um levantamento das principais estruturas institucionais, políticas, legislativas e infraestruturais que promovem ciência aberta no Brasil e Angola como critério para discutir possibilidades de intercâmbio entre os dois países. Como resultado, o Brasil possui uma vasta gama de políticas, legislações e infraestruturais que potencializam e adotam práticas de ciência aberta, ao passo que, Angola, apesar de não legislar ciência aberta como política, o país tem estado a demonstrar ações nessa direção, mesmo que, ainda de forma muito incipiente. Nesse sentido, é necessário a cooperação específica entre instituições e suas infraestruturas de ciência aberta como troca de experiência e boas práticas.
Palavras-chave: ciência aberta; cooperação científica; Brasil-Angola; infraestruturas de ciência aberta.

Abstract: Within the context of South–South cooperation, understood as a model of cultural and scientific exchange among countries of the Global South, Brazil has played a significant role in technology transfer and human resource development through various initiatives.

However, the adoption of open science practices and infrastructures remains a major challenge for enhancing the visibility of scientific production and democratizing access to knowledge, particularly in developing countries. From this perspective, this study aims to discuss open science infrastructures as a means of expanding scientific cooperation between Brazil and Angola within the broader framework of Brazil's scientific partnerships with African countries. To this end, a survey was conducted of the main institutional, policy, legislative, and infrastructural mechanisms that promote open science in Brazil and Angola, serving as a basis for examining opportunities for exchange and collaboration between the two countries. The findings indicate that Brazil has a broad range of policies, legislation, and infrastructures that foster and support open science practices. In contrast, although Angola has not yet established open science as a formal public policy, the country has demonstrated initiatives moving in this direction, albeit still at an early stage of development. In this regard, strengthening targeted cooperation among institutions and their respective open science infrastructures is essential to facilitate the exchange of experiences, promote capacity building, and encourage the sharing of scientific data and knowledge between Brazil and Angola.
Keywords: open science; scientific cooperation; Brazil-Angola; scientific infrastructures.

1 INTRODUÇÃO

A cooperação Brasil-África é um instrumento colaborativo baseado na cooperação Sul-Sul que se configura como uma forma de articulação entre nações em desenvolvimento, cuja relevância e influência foi se ampliando ao longo tempo através de diversas ações técnicas entre Brasil e vários países africanos (Brasil, [2012]).

Esse modelo de cooperação é baseado na troca de conhecimentos, experiências e práticas bem-sucedidas entre países parceiros, visando enfrentar desafios semelhantes e promover soluções adaptadas às suas realidades.

No caso de Brasil e Angola, as relações de cooperações entre os dois países começaram a se consolidar por volta de1980, a partir da assinatura do acordo de cooperação econômica, científica e técnica, celebrado em junho do mesmo ano (Brasil, [2015]) e, mais tarde seguiram-se outras assinaturas de acordos em áreas importantes como meio ambiente e educação.

O Brasil tem desempenhado um papel fundamental voltado a transferir tecnologia, promoção de formação de recursos humanos e outros investimentos em vários setores em Angola. Por sua vez, Angola tem criado condições para a execução de projetos relevantes para o seu desenvolvimento, com a participação do Brasil (Manuel *et al.*, 2025).

No entanto, os resultados da ciência em Angola, em termos de abertura e visibilidade e impacto demonstram poucos resultados, comparando com muitos países africanos (Costa, 2024; Huvi; Borges; Revez, 2025; Rafael; Bisset-Alvarez, 2025). Assim sendo, a refletir como as

relações de cooperação entre Brasil e Angola podem oportunizar melhor impacto, visibilidade e acesso a dados científicos, pode ser essencial para a agenda comum entre os dois países.

Nesse sentido, toma-se as seguintes questões: quais são as principais políticas, legislações e infraestruturas que sustentam a implementação da Ciência Aberta no Brasil e quais experiências podem ser compartilhadas com Angola? como as políticas, legislações e infraestruturas de Ciência Aberta desenvolvidas no Brasil e em Angola, podem contribuir para o fortalecimento e cooperação técnica de institucionais e infraestruturais entre os dois países? como as possibilidades de cooperação entre instituições brasileiras e angolanas podem favorecer a troca de experiências, conhecimentos e boas práticas para o desenvolvimento de infraestruturas e políticas de Ciência Aberta em Angola?

Nessa visão, este trabalho se propõe discutir infraestruturas de ciência aberta como possibilidade de ampliar a cooperação científica entre Brasil e Angola, através do levantamento de dispositivos políticos, institucional, legislativos e infraestruturais relacionado à ciência aberta enquanto possibilitadora de colaboração, partilha e divulgação científica.

2 CIÊNCIA ABERTA E LEGISLAÇÕES EM ANGOLA E NO BRASIL

A Ciência Aberta fundamenta-se no princípio de que a produção científica deve circular de forma livre e acessível, permitindo sua utilização, compartilhamento e reutilização sem barreiras (Muriel-Torrado; Pinto, 2018). Trata-se de um modelo que busca ampliar a democratização do conhecimento e assegurar maior acesso à informação científica para diferentes segmentos da sociedade, constituindo-se como um movimento internacional articulado por instituições e comunidades científicas voltadas à transformação das práticas de produção, difusão e validação do conhecimento científico.

A partir de iniciativas internacionais voltadas ao acesso aberto ao conhecimento, dentre as quais se destacam a Iniciativa de Budapeste para o Acesso Aberto em 2002, a Declaração de Bethesda em 2003 e a Declaração de Berlim de 2003, foram estabelecidos diretrizes e princípios que continuam fundamentando as práticas da Ciência Aberta até os dias atuais.

Em âmbito nacional e internacional, o compartilhamento de dados científicos tem se tornado um requisito cada vez mais presente nas políticas das agências de fomento à pesquisa científica.

Nessa visão, com o objetivo de fornecer um marco internacional para políticas e práticas de ciência aberta que reconheça as diferenças disciplinares e regionais e considere a liberdade

acadêmica, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura recomendou, em 2021, princípios para a ciência aberta, destacando que "[...] a ciência aberta aumenta as colaborações e o compartilhamento de informações científicas para o benefício da ciência e da sociedade" (UNESCO, 2022, p. 8).

No contexto brasileiro, a consolidação da Ciência Aberta começou a ganhar maior relevância no final da década de 1990. Um marco importante desse processo foi a criação da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), em 1998, iniciativa que passou a disponibilizar periódicos científicos avaliados por pares em acesso aberto na internet, ampliando o alcance da produção científica e favorecendo sua disseminação social (Silva, 2025).

Além da observância das legislações nacionais relativas ao compartilhamento de dados, como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e as normas do Conselho Nacional de Saúde aplicáveis às pesquisas envolvendo seres humanos, torna-se necessário assegurar a proteção da privacidade, da dignidade e da liberdade dos indivíduos. A Lei n.º 13.709/2018 estabelece diretrizes para a coleta, o tratamento, o processamento e o armazenamento de dados pessoais no Brasil, regulamentando a proteção das informações dos cidadãos em ambientes físicos e digitais (Brasil, 2018).

Em um estudo sobre leis de acesso à informação em Angola, Pamba (2024) concluiu que a legislação angolana assegura o direito à informação, à liberdade de expressão e ao acesso aos documentos públicos, ao mesmo tempo em que estabelece limites relacionados à segurança do Estado e à proteção de dados pessoais.

Ou seja, a Constituição da República de Angola (2021) garante aos cidadãos a liberdade de expressão e de compartilhamento de ideias, bem como o direito de informar-se e de ser informado sem discriminação, sendo que apenas a Lei do Segredo do Estado (Lei n.º 10/02) restringe o acesso às informações classificadas exclusivamente às pessoas credenciadas, em razão da segurança nacional.

A Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (Lei n.º 11/02) como o documento que assegura aos cidadãos o direito de consultar, reproduzir e obter informações relativas a documentos administrativos, promovendo maior transparência na administração pública, e a Lei de Proteção dos Dados Pessoais (Lei n.º 22/11) como regulamento do tratamento das informações pessoais, garantindo a proteção das liberdades e dos direitos fundamentais dos indivíduos. Destaca, ainda, que a Lei Geral dos Arquivos (Lei n.º 14/17) estabelece diretrizes para

a gestão de arquivos públicos e privados, assegurando aos cidadãos o acesso aos documentos integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (Angola, 2021).

No entanto, ao contrário do Brasil, Gonçalves, Neves, Shintaku e Botelho-Francisco (2025) referem que a ciência aberta não é legislada em Angola. Ou seja, até o momento, não existe uma política de ciência aberta alicerçada em uma lei específica.

No Brasil, alguns decretos, leis e portarias fomentam a criação de ambientes que favorecem a efetivação de práticas que asseguram a partilha de dados em âmbito nacional e institucional. Uma dessas iniciativas é o Consórcio Nacional para Ciência Aberta (CoNCienciA), que consiste em um Acordo de Cooperação Técnica firmado entre instituições nacionais, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) (Brasil, 2022a).

Para o contexto da cooperação internacional, as Portarias MCTI n.º 5.733, de 29 de março de 2022, e MCTI n.º 5.720, de 25 de março de 2022, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, preveem estratégias, programas, projetos e atividades que contribuam para o avanço do conhecimento por meio da pesquisa básica e aplicada, o compartilhamento dos custos econômicos das grandes infraestruturas de pesquisa, a cooperação em áreas como pesquisa e formação científica, difusão e popularização da ciência, entre outras ações (Brasil, 2022b).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este é um estudo de abordagem qualitativa, baseado em pesquisa documental e bibliográfica e exploratória. Consultaram-se artigos científicos e fontes relacionadas a documentos de política, atos normativos e informações oficiais do governo federal brasileiro e do governo de Angola, bem como pesquisas na web relacionados a infraestruturas aberta nos dois países.

Buscaram-se, no Diário Oficial da União, atos normativos relacionados à “ciência aberta”, publicados nos últimos anos. No portal do governo de Angola, pesquisaram-se e recuperaram-se a Constituição da República e outros documentos normativos em vigor. Outrossim, pesquisaram-se, no Google, instituições e infraestruturas voltadas à ciência aberta em Angola e

no Brasil. Do mesmo modo, realizou-se a busca por artigos que tratassem sobre "ciência aberta" e “cooperação científica em Angola”.

Como critério de inclusão, selecionaram-se os artigos que tratavam diretamente do tema da ciência aberta em Angola. Também foram selecionadas as instituições e infraestruturas pertencentes ao Brasil e a Angola.

Excluíram-se os documentos que tratavam do tema de forma genérica e não específica, as instituições e infraestruturas internacionais que não eram brasileiras nem angolanas, bem como os artigos que não tratavam de temas relacionados à ciência aberta e à cooperação acadêmico-científica entre os dois países.

Para identificar as infraestruturas relacionadas à Ciência Aberta no Brasil e em Angola, foi realizado um levantamento exploratório na Web, tendo o Google como principal ferramenta de localização das informações. Inicialmente, foram definidos termos de busca tais como “infraestruturas de ciência aberta no Brasil”, “infraestruturas de ciência aberta em Angola”, “Intuições de ciência aberta”, “dados científicos aberto no Brasil”, “dados científicos aberto em Angola”. As buscas foram realizadas separadamente para Brasil e Angola, utilizando diferentes combinações entre os termos referidos.

Após a identificação dos resultados, realizou-se uma etapa de triagem, na qual foram selecionadas as páginas e plataformas com seus respectivos links. O Google foi utilizado como mecanismo de localização, sendo as informações posteriormente conferidas nas páginas oficiais das instituições responsáveis pelas respectivas infraestruturas. Os dados identificados foram organizados em quadros (ver nos quadros 1 e 2), contendo informações como nome da infraestrutura, instituição responsável, tipo de infraestrutura e os respetivos links fontes.

4 TRAJETÓRIA E DESAFIOS DA CIÊNCIA EM ANGOLA

A trajetória acadêmica e científica de Angola está intrinsecamente relacionada ao percurso histórico, político e social vivenciado pelo país desde o período colonial, passando pelos anos de guerra civil e pelo subsequente processo de estabilização sociopolítica (Matos, 2020). Todavia, a consolidação de um sistema nacional de ensino superior e de investigação científica constitui um processo relativamente recente (Liberato, 2014), em razão de outras demandas consideradas prioritárias ao longo do processo de reconstrução nacional.

Com o término da guerra civil, no início dos anos 2000, Angola deu início a um amplo processo de reconstrução nacional (Victorino, 2012). Nesse contexto, o ensino superior

experimentou uma expansão significativa, marcada pela criação e ampliação de infraestruturas acadêmico-científicas, incluindo universidades públicas e privadas, bem como institutos superiores politécnicos distribuídos pelas diversas regiões do país.

Entretanto, a ciência, entendida como uma prática social, dinâmica e colaborativa, caracteriza-se por um processo contínuo de adaptação às transformações históricas e tecnológicas. Nessa perspectiva, Crossetti (2015) defende que a internacionalização deve ser compreendida, na contemporaneidade, como um objetivo estratégico da ciência e de sua comunicação, uma vez que favorece o estabelecimento de relações entre nações e contribui para o atendimento de agendas governamentais voltadas à resolução de problemas de alcance global.

No entanto, Apesar dos avanços observados nas últimas décadas, as atividades científicas em Angola permanecem condicionadas por constrangimentos estruturais persistentes como destaca Huvi, Borges e Revez (2025), segundo o autor, entre esses desafios destacam-se as fragilidades infraestruturais, as limitações orçamentárias, a insuficiência de recursos humanos com formação avançada e a ainda incipiente consolidação de uma cultura científica robusta.

Não obstante a isso, o país tem adotado diferentes políticas, buscando estabelecer mecanismos capazes de favorecer a produção de pesquisas científicas. Para Curimenha (2023), tais iniciativas representam esforços destinados a compensar o atraso histórico na formação de novos pesquisadores e a enfrentar outros desafios que limitam o desenvolvimento científico do país.

Ainda na mesma direção, Huvi, Borges e Revez (2025, p. 3) afirmam que: “Apesar do crescimento da produção científica nacional, este não é suficiente para satisfazer as exigências de um país em processo de consolidação acadêmica. A predominância da investigação na Universidade Agostinho Neto é sintomática de um sistema concentrado e pouco diversificado”.

Outrossim, os registros de publicações angolanas indexadas nas bases *Web of Science* (WoS) e Scopus permanecem relativamente modestos quando comparados aos de países com características semelhantes. Ainda assim, observa-se um esforço progressivo voltado ao fortalecimento da pesquisa e do desenvolvimento, evidenciado pela expansão das instituições acadêmicas e científicas e pela implementação de iniciativas destinadas ao estímulo da produção científica (Chitumba; Rocha; Morais; Mugnaini, 2024).

No mesmo sentido, no que se refere aos canais formais de comunicação científica, Bandeira e Araújo (2023) identificaram que apenas 7,1% operam em regime de fluxo contínuo. O estudo também revelou que 64,2% das revistas analisadas apresentam irregularidades em sua periodicidade de publicação, não disponibilizando novos artigos há pelo menos um ano.

4.1 INFRAESTRUTURA DE CIÊNCIA ABERTA NO BRASIL E EM ANGOLA

Brasil e Angola são dois países de língua portuguesa como língua oficial, ambos são membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), situados na América do Sul e na África. Os dois países têm assinado diversos acordos de cooperação acadêmica e científica.

Procurando investigar a percepção de profissionais do ensino superior de instituições angolanas e brasileiras sobre o processo de cooperação acadêmica entre os dois países na última década, Costa (2024), concluiu que processos de cooperações entre ambos não é incipiente, mas carece de respaldo nas instituições de ensino superior brasileiras, canais de financiamentos e flexibilização na burocracia e hierarquia para continuidade.

No entanto, no diz respeito a instituições e infraestrutura voltada à ciência aberta, Brasil possui uma das mais robustas infraestruturas de Ciência Aberta da América Latina, coordenada principalmente pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), responsável pela formulação e implementação de políticas nacionais de informação científica.

Entre as principais iniciativas destacam-se a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Oasisbr, a Plataforma Lattes, a Plataforma Sucupira, o BrCris, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), a rede SciELO e os diversos repositórios institucionais distribuídos pelas universidades e institutos de pesquisa.

Quadro 1 - Instituições e infraestruturas de ciência aberta do Brasil

Nº	Instituições/ Infraestrutura	Caracterização acadêmica	Instituição/ Âmbito	Link
1	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)	Órgão responsável pela formulação e desenvolvimento de políticas e infraestruturas nacionais de informação científica	Nacional	https://www.gov.br/ibict/pt-br
2	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e	Sistema de integração e disseminação de teses e dissertações produzidas por	Nacional	https://bdtd.ibict.br/vufind/

	Dissertações (BDTD)	universidades brasileiras em acesso aberto.		
3	Oasisbr	Portal agregador de produção científica em acesso aberto, baseado em interoperabilidade de repositórios digitais.	Nacional	https://oasisbr.ibict.br/
4	BrCris	Sistema nacional de informações correntes de pesquisa (CRIS), destinado à integração de dados científicos, pesquisadores e instituições.	Nacional	https://brcris.ibict.br/
5	Projeto Laguna	Infraestrutura informacional aberta baseada em data lake para integração e compartilhamento de dados científicos segundo princípios FAIR.	Nacional	https://www.gov.br/ibict/pt-br/atuacao/pesquisa-servicos-e-iniciativas/laguna
6	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)	Rede avançada de conectividade acadêmica e científica que suporta serviços digitais e colaboração em pesquisa.	Nacional	https://www.rnp.br/
7	Repositórios Institucionais Brasileiros	Plataformas digitais mantidas por universidades e institutos de pesquisa para preservação e disseminação da produção científica.	Nacional/ Institucionais	-
8	Repositórios de Dados de Pesquisa	Sistemas destinados ao armazenamento, compartilhamento e preservação de dados científicos em conformidade com os princípios FAIR.	Institucional/Nacional	-
9	Cívis	Plataforma brasileira voltada à ciência cidadã e participação social na produção do conhecimento científico.	Nacional	ttps://civis.ibict.br/pt-br/
10	Plataforma Lattes	Base nacional de currículos científicos utilizada para	Nacional	https://lattes.cnpq.br/

		integração e gestão de informações acadêmicas e científicas.		
11	Plataforma Sucupira	Sistema da CAPES utilizado para monitoramento e avaliação da pós-graduação e produção científica brasileira.	Nacional	https://sucupira.capes.gov.br/
12	LA Referencia	Rede latino-americana de interoperabilidade entre repositórios institucionais de acesso aberto.	Regional/Internacional	https://www.lareferencia.info/pt/
14	SciELO	Biblioteca eletrônica de periódicos científicos em acesso aberto, voltada à comunicação científica e democratização do conhecimento.	Internacional/Latino-americano	https://www.scielo.br/
15	Repositórios de Código Aberto	Infraestruturas destinadas ao compartilhamento de softwares, scripts e códigos científicos utilizados em pesquisas abertas.	Institucional/Internacional	-
16	Infraestruturas de Preservação Digital	Sistemas voltados à preservação de longo prazo de objetos digitais científicos e garantia de acesso contínuo à informação.	Institucional/Internacional	-
17	Provedores de Serviços Abertos	Serviços tecnológicos responsáveis pela coleta, indexação e agregação de metadados científicos interoperáveis.	Institucional/Internacional	-
18	Infraestrutura Federada de Ciência Aberta	Modelo de integração descentralizada entre plataformas, repositórios e sistemas científicos interoperáveis.	Institucional/ Internacional	-

Fonte: elaboração própria (2026).

Por sua vez, Angola tem avançado progressivamente na construção de sua infraestrutura científica por meio do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI), da Rede Angolana de Acesso Aberto (RANAA), da Biblioteca Nacional de Angola, das bibliotecas

universitárias, dos periódicos científicos nacionais e das iniciativas emergentes voltadas à criação de repositórios institucionais e sistemas de gestão da informação científica.

Quadro 2 - Infraestruturas de ciência aberta de Angola

Categoria	Infraestrutura	Instituição Responsável	Função na Ciência Aberta	Link
Repositório Nacional (RENAA)	Repositório Nacional de Angola (RNA)	Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) programa Uni.ao	Preservação, disseminação e acesso aberto à produção científica nacional	www.ranaa.ao
Revistas Científicas	Institucionais	Universidades	Disseminação e divulgação científica	-
Biblioteca Digital	Biblioteca Nacional de Angola	Governo de Angola	Facilitar acesso à informação científica	bibliotecanacional.ao
Biblioteca virtual-Nascer do Saber	Universidade Lusíada de Angola	Universidade Lusíada de Angola	Biblioteca de Pós-Graduação	renascerdosaber.com

Fonte: elaboração própria (2026).

Embora Angola não legisle a política voltadas à ciência aberta como como prática de obrigatoriedade legal, as iniciativas para essa direção são ainda inconsistentes e muito tímidas, estando em rota como revistas acadêmicas de universidades e iniciativas de bibliotecas.

4.2 INFRAESTRUTURAS DE CIÊNCIA ABERTA DO BRASIL E ANGOLA E POSSIBILIDADE DE TRANSFERÊNCIA DE EXPERIÊNCIA E TECNOLOGIA CIENTÍFICA

Como indicado na seção anterior (Quadros 1 e 2), Brasil e Angola possuem infraestruturas que promovem a ciência aberta, embora Angola o faça de forma mais limitada e insuficiente, dentre as quais se destacam bibliotecas, plataformas e redes de repositórios.

Essas infraestruturas constituem, também, oportunidades de cooperação entre

instituições congêneres. A possibilidade de integração e o intercâmbio entre instituições como Oasisbr e a RANAA, por exemplo, poderiam ampliar a visibilidade da produção científica angolana e brasileira, permitindo que teses, dissertações, artigos e outros produtos de pesquisa produzidos em ambos os países fossem recuperados por mecanismos nos quais essas plataformas estão indexadas, e vice-versa.

Da mesma forma, no caso de Angola, uma cooperação estratégica entre a Plataforma Lattes e o BrCris, enquanto plataformas voltadas ao mapeamento e à geração de currículos científicos e à gestão da informação sobre pesquisa, poderia favorecer a transferência de experiências. Nesse sentido, tal cooperação permitiria uma gestão mais precisa da produção científica angolana, facilitando a identificação de pesquisadores, grupos de pesquisa e redes de colaboração entre instituições dos dois países.

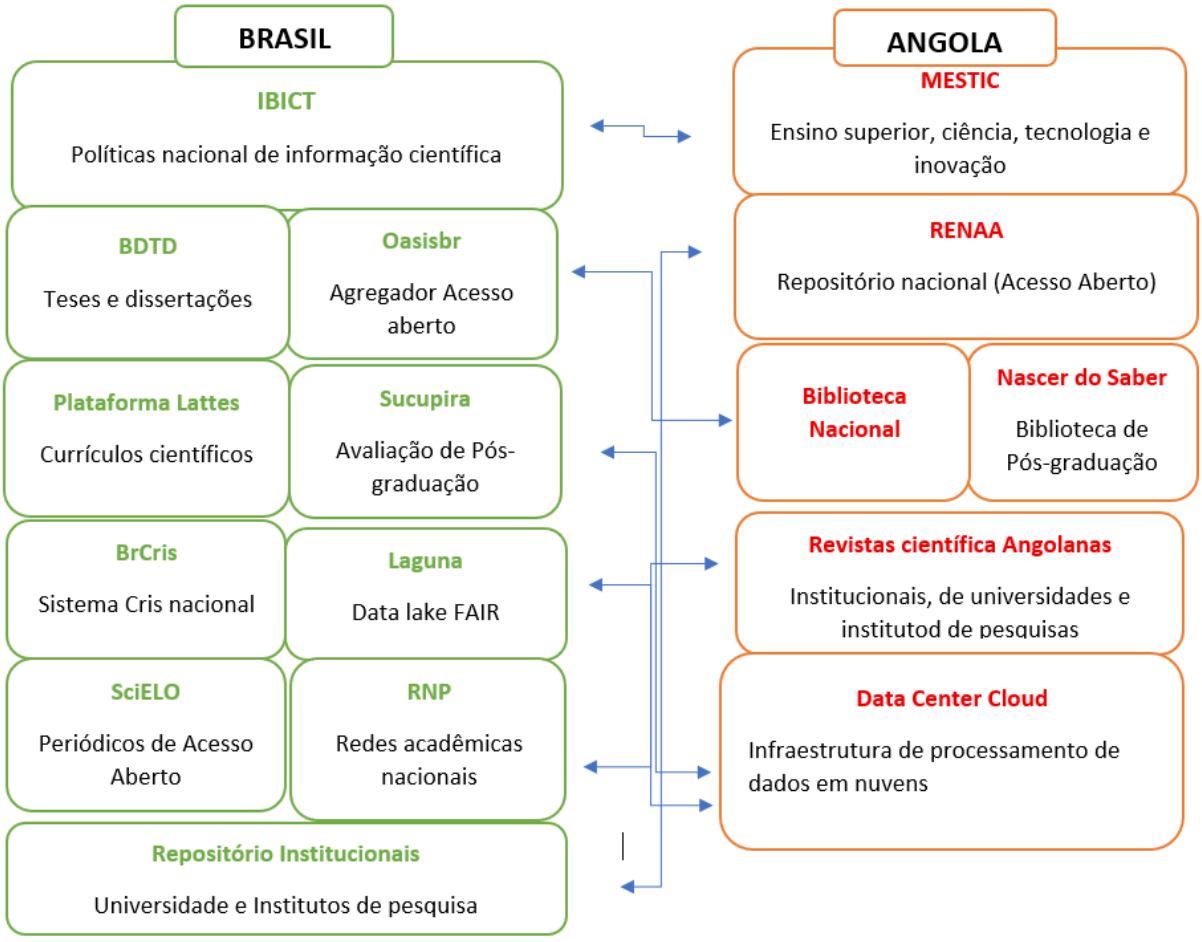
Uma das questões relevantes nesse contexto está relacionada ao alerta de Silva (2025) sobre o que o autor denomina de existência de um "trilema" entre abertura global, soberania digital e o risco do colonialismo de dados. Para o autor, compreender e navegar por esse trilema é essencial para construir uma ciência verdadeiramente equitativa, fundamentada em três dimensões centrais: abertura, soberania e colonialismo.

Nesse sentido, é fundamental que ambos os países disponham de infraestruturas e salvaguardas voltadas à proteção de informações sensíveis. Contudo, no que se refere à ciência, a cooperação que amplia a recuperação e o compartilhamento de dados de pesquisa mostra-se essencial. A infraestrutura brasileira, representada pelo Laguna e pelas iniciativas FAIR (*Findable, Accessible, Interoperable and Reusable*), pode oferecer oportunidades para a transferência de conhecimento técnico e o compartilhamento de dados científicos com Angola, e vice-versa.

No fortalecimento da comunicação científica de forma geral, o programa SciELO apresenta oportunidades de cooperação relacionadas ao compartilhamento de metodologias editoriais e de práticas de indexação, tanto para a RANAA quanto para as revistas científicas angolanas.

Nesse sentido, Brasil e Angola, que dispõem de diferentes políticas, sistemas e infraestruturas podem estabelecer formas de cooperação direta, especialmente por meio do compartilhamento de experiências entre instituições e infraestruturas congêneres (conforme a Figura 1).

Figura 1 - Infraestruturas de Ciência Aberta do Brasil e Angola



Fonte: elaboração própria (2026).

Portanto, Angola pode se beneficiar da experiência acumulada por instituições e infraestruturas brasileiras que atuam há mais tempo no desenvolvimento e na implementação de iniciativas de ciência aberta, favorecendo, assim, a troca de conhecimentos e o fortalecimento das infraestruturas científicas angolanas.

Dessa forma, a articulação entre as infraestruturas brasileiras e angolanas de Ciência Aberta configura uma a importunidade estratégica para a construção de um ecossistema científico lusófono mais integrado, inclusivo e sustentável. Estas ações podem promover não apenas a ampliação do acesso ao conhecimento, mas também o fortalecimento das capacidades nacionais de pesquisa científica

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brasil e angola apresentam condições favoráveis ao fortalecimento da cooperação científica, especialmente por meio do intercâmbio de conhecimentos, da transferência de

experiências e da integração de suas infraestruturas de informação científica.

Nesse sentido, as iniciativas relacionadas à ciência aberta configuram-se como uma possibilidade de ampliar a integração, a circulação e a visibilidade do conhecimento produzido pelas instituições acadêmicas e científicas de ambos os países. No campo da comunicação científica, Guédon (2011) argumenta que o exercício do poder na ciência se manifesta de diferentes formas, sendo a edição de periódicos científicos uma de suas expressões mais significativas.

De modo convergente, Valeiro e Pinheiro (2008) sustentam que o mundo acadêmico e o sistema científico são legitimados pelo sistema formal de comunicação da ciência, cuja principal expressão é constituída pelos periódicos científicos. Esses canais desempenham, portanto, papel fundamental na disseminação, validação e reconhecimento da produção científica.

Todavia, embora os periódicos científicos constituam um dos principais meios de disseminação e visibilidade da produção científica, outros mecanismos também desempenham papel relevante na circulação do conhecimento e no fortalecimento do desenvolvimento científico. Isso ocorre porque a ciência depende da interação entre pesquisadores, do compartilhamento de resultados e do diálogo permanente entre os pares para a produção e a validação do conhecimento.

Nesse contexto, os repositórios digitais assumem importância estratégica para a ampliação do acesso e da visibilidade da produção acadêmica e científica. Para Andrea *et al.* (2022), a visibilidade da produção acadêmica e científica, na sociedade contemporânea, está diretamente associada à identidade e à presença das instituições no ambiente digital. Nesse cenário, a sociedade do conhecimento impõe a transformação das práticas de disseminação científica, que passam a incorporar, de forma crescente, espaços e infraestruturas digitais destinados ao armazenamento, à preservação, ao acesso e à circulação do conhecimento científico.

Apesar das limitações existentes, angola dispõe de infraestruturas relevantes para o fortalecimento de seu desenvolvimento acadêmico e científico. Nesse sentido, a cooperação entre órgãos e instituições científicas, por meio de suas infraestruturas de ciência aberta, pode favorecer o intercâmbio de experiências, conhecimentos e boas práticas com instituições brasileiras. Essa articulação apresenta potencial para contribuir tanto para o fortalecimento das

infraestruturas e práticas de ciência aberta em angola quanto para o aprofundamento da cooperação científica entre os dois países, especialmente diante do caráter ainda incipiente da estrutura de comunicação científica e de ciência aberta angolana.

REFERÊNCIAS

ANDREA, Basantes-Andrade; MIGUEL, Naranjo-Toro; FRANK, Guerra-Reyes; RAMIRO, Carrascal *et al.* Visibility of scientific production and digital identity of researchers through digital technologies. **Education Sciences**, [*s. l.*], v. 12, n. 12, art. 926, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.3390/educsci12120926. Acesso em: 22 out. 2026.

ANGOLA. Assembleia Nacional. **Lei n.º 18/21, de 16 de agosto de 2021**: Lei de Revisão Constitucional. Diário da República, I Série, n.º 154, Luanda, 16 ago. 2021. Disponível em: https://governo.gov.ao/documentos/constitui%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 22 out. 2026.

BANDEIRA, Vivaz; ARAÚJO, Paula Carina de. Perfil das Revistas Científicas Eletrónicas de Angola. **Revista Angolana de Ciencias**, [*s. l.*], v. 5, n. 2, p. e050205, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.54580/R0502.05. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Consórcio Nacional para Ciência Aberta**. Brasília, DF: CNPq, 2022a. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/parcerias/cooperacao-internacional/consorcio-nacional-para-ciencia-aberta. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF, 14 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Portaria MCTI nº 4.578, de 22 de março de 2021.** Dispõe sobre a missão, a visão e os valores do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, e sobre os princípios, as diretrizes, os objetivos e as demais orientações gerais para instituição das políticas públicas de pesquisa, desenvolvimento científico, tecnológico e de inovações no seu âmbito. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias/Portaria_MCTI_n_4578_de_22032021.html. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Portaria MCTI nº 5.733, de 29 de março de 2022**. define as prioridades da cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação, no âmbito do ministério da ciência, tecnologia e inovações (mcti), para o período 2022 -2023. diário oficial da união, edição 62, seção 1, p. 34, 31 mar. 2022b. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mcti-n-5.733-de-29-de-marco-de-2022-389882080. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Portaria MCTI nº 6.565, de 22 de novembro de 2022.** Aprova o Regimento Interno do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias/Portaria_MCTI_n_6565_de_22112022.html. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação técnica Brasil-África**: parcerias de sucesso inspiram o desenvolvimento africano. Brasília, DF: Agência Brasileira de Cooperação, [2012]. Disponível em: https://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/1100. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Angola**. Brasília, DF, [2015]. Disponível em: https://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaosulsul/angola. Acesso em: 20 maio 2026.

CHITUMBA, Hermenegildo Osvaldo; ROCHA, Ednéia Silva Santos; MORAIS, Humberto; MUGNAINI, Rogério. caracterização da produção científica angolana indexada nas bases de dados web of Science e Scopus**. Transinformação**, Campinas, v. 36, e248502, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2318-0889202436e248502. Acesso em: 31 mar. 2026

COSTA, Lucilene Soares. A Cooperação Acadêmica entre Angola e Brasil a partir da fala de seus atores. **Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem**, [*s. l.*], v. 10, n. 16, p. 125-145, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.61389/rbecl.v10i16.8550. Acesso em: 21 maio. 2026.

CROSSETTI, Maria da Graça Oliveira. Panorama da publicação científica: desafios aos editores nacionais. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 35, n. 4, p. 8-13, fev. 2015. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rgenf/article/view/52487. Acesso em: 22 out. 2026.

CURIMENHA, Marcelino Mendes. Investigação científica em angola: desafios e estratégias para a autonomia nacional. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 49, e252847, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349252847. Acesso em: 20 fev. 2026.

GONÇALVES, Loy Inácio; NEVES, Guilherme Luiz Cintra; SHINTAKU, Milton; BOTELHO-FRANCISCO, Rodrigo Eduardo. Acesso aberto em Angola: potenciais fontes de informação para implementação de repositórios digitais institucionais na universidade agostinho neto. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju, SE. **Anais** [...]. Aracaju, SE: Enancib, 2023. p. 1-9. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/1747. Acesso em: 8 jun. 2026.

GUÉDON, Jean-Claude; Acesso aberto e a divisão entre ciência “mainstream” e“periférica”. **Crítica y emancipación**, [*s. l.*], ano 3, n. 6, p. 135-180, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/28807923_Open_Access_and_the_divide_between_mainstream_and_peripheral_science. Acesso em: 21 out. 2026.

HUVI, João Evangelista; BORGES, Maria Manuel; REVEZ, Jorge. Ciência aberta em angola: desafios e oportunidades na produção científica à luz do acesso aberto. *In*: XIEDICIC IBÉRICO,

11., 2025, Porto, Portugal. **Anais** [...]. Porto, Portugal: Politécnico do Porto, ISCAP, 2025. p. 1-7. Disponível em: https://parc.ipp.pt/index.php/edicic/article/view/6657/3823. Acesso em: 23 fev. 2026.

LIBERATO, Ermelinda. Avanços e retrocessos da educação em angola. **Revista Brasileira De Educação**, [*s. l.*], v. 19, n. 59, p. 1003-1031, out./dez. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782014000900010. Acesso em: 2 jan. 2026.

MANUEL, Damião de Almeida; SANTOS, Welber Lima; MWAFUFYOMWENYO, Arlindo Tutungeni; COXE, Infeliz Carvalho *et al*. Ciência, técnica, tecnologia: Diplomacia tecnológica entre o brasil e angola. **Aracê**, [*s. l.*], v. 7, n. 8, p. e7395, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.56238/arev7n8-177. Acesso em: 21 maio. 2026.

MATOS, José Fernando de. O Processo de paz em Angola como ponto de viragem para a reconciliação nacional: caminhos e perspectivas. **Dados de África(s)**, [*s. l.*], v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/dadosdeafricas/article/view/9877?. Acesso em: 6 mar. 2026.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-19652006000200004. Acesso em: 10 out. 2023.

MURIEL-Torrado, Enrique; PINTO, Adilson Luiz. Licencias Creative Commons En Las Revistas Científicas Brasileras De Ciencia De La Información: Acceso Abierto O Acceso Gratis? **Biblios journal of librarianship and information science**, [*s. l.*], n. 71, p. 1-16, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.5195/biblios.2018.424. Acesso em: 11 jun. 2026.

PAMBA, Josué. o acesso à informação em angola: uma análise em torno do estado actual do direito à informação no país. **Academicus Magazine**, [*s. l.*], v. 2, n. 1, p. 44–51, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.11084762. Acesso em: 21 mai. 2026.

RAFAEL, Laurindo Virgílio; BISSET-ALVAREZ, Edgar. Fatores de visibilidade acadêmica e cientifica de países africanos: um estudo comparativo da presença de países de língua portuguesa com países de língua inglesa, francesa e árabe nas plataformas Scimago, Web of University e AJOI. **Em questão**, Porto alegre, v. 31, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.144884. Acesso em: 25 maio 2026.

SILVA, Fabiano couto Corrêa da. soberania de dados científicos nas tensões entre a abertura global e a autonomia local. **SciELO em perspectiva**, [*s. l.*], 17 dez. 2025. Disponível em: https://blog.scielo.org/blog/2025/12/17/soberania-de-dados-cientificos-nas-tensoes-entre-a-abertura-global-e-a-autonomia-local/. Acesso em: 21 maio 2026.

UNESCO. **Recomendação da UNESCO sobre ciência aberta**. 2022. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por. Acesso em: 22 out. 2026.

VALEIRO, Palmira Moriconi; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Da comunicação científica à divulgação. **Transinformação**, [*s. l.*], v. 20, n. 2, 2008. Disponível em: https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6255. Acesso em: 22 out. 2026.

VICTORINO, Samuel Carlos. O papel da educação na reconstrução nacional da república de Angola. **Revista Diálogos**: pesquisa em extensão universitária, Brasília, v. 17, n. 1, jun. 2013. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rdl/article/view/3821/2305. Acesso em: 31 mar. 2026.